



EM BUSCA DAS CONTRADIÇÕES

TIAGO GILLOT*

PRAXES. MAIS UMA VEZ NA ALTURA DO COSTUME. ENQUANTO A UNIVERSIDADE NA PENÚRIA VESTE FARDAS, AS VOZES CRÍTICAS GANHAM EXPERIÊNCIA E JUNTAM EMPENHOS. A PRAXE NEM SEMPRE É ANTIGA, MAS ESTÁ SEMPRE VELHA.

O FACTO É QUE POR esta altura os acontecimentos se repetem de forma mais ou menos idêntica todos os anos: os novos alunos entram nas faculdades, onde alguns os “esperam” para repetirem o que “sempre” foi feito; alguma comunicação social fará notícia disso, geralmente de forma leve e brincalhona, e registará como as “brincadeiras” são úteis e divertidas, a não ser que algum “caso de violência” ocorra – se assim for, alguma tinta correrá para se descobrir como foi possível!... Apesar de tudo, alguns se indignarão, nas escolas ou no resto do mundo.

Talvez seja desta forma que todos nós vemos a coisa. No fundo, a coisa é um bocado ridícula. Apanha-nos, pelos menos nas primeiras vezes, com um misto de espanto e repulsa. Qualquer coisa do género “como é possível que estas coisas ainda aconteçam?”

Os estudantes aboliram não apenas as praxes, mas também todas as formas da “tradição académica”, na sequência do “luto académico” de 1969 contra o regime. Rompia-se assim com a visão corporativa do estudante, numa perspectiva de abertura à sociedade que queriam mudar.

Terá sido justamente esta reacção que levou aos mais recentes movimentos de oposição às praxes e à “tradição académica”. Digo mais recentes, porque esta oposição sempre se fez sentir, de forma mais ou menos organizada, ao longo dos séculos.

Na realidade, quando no início dos anos 90 apareceu o Movimento Anti “Tradição Académica” (MATA), ele não era propriamente uma grande resposta ideológica e organizativa ao que se estava a passar nas faculdades. Simplesmente correspondia a um desconforto que passava a ter uma sigla - e já um pouco tarde, uma vez que o ressurgimento destas práticas se iniciou em meados da década de 80. O que talvez se possa compreender se tivermos em conta que tudo isto era absoluta novidade em Lisboa, que foi a origem do movimento. É que as praxes, apesar de existirem praticamente desde o momento do arranque da Universidade em Portugal (sob formas e designações bastante diferentes), praticamente nunca tinham saído de Coimbra, onde desapareceram nos finais da década de 60.

De facto, num contexto de luta contra a ditadura, os estu-

dantes aboliram não apenas as praxes, mas também todas as formas da “tradição académica”, na sequência do “luto académico” de 1969 contra o regime. Rompia-se assim com a visão corporativa do estudante, numa perspectiva de abertura à sociedade que queriam mudar.

Talvez seja estranho um ressurgimento quase vinte anos depois, generalizada e não apenas em Coimbra, como no passado. Ou talvez não. A verdade é que coincide com uma viragem à direita na sociedade portuguesa (e, já agora, no mundo), depois dos tempos “conturbados” da revolução. Certamente que uns anos antes não teria havido espaço para isto, até porque nas faculdades se discutiam outras coisas e as preocupações eram outras.

Assim, não é fácil saber se as praxes vieram preencher o “vazio” que se seguiu ou se, por outro lado, tinham como objectivo instalá-lo de vez. O facto é que conseguiram impor-se e contribuir abundantemente para o amorfismo na comunidade estudantil.

BREVE HISTÓRIA DA “TRADI

— No início do século XIV é instalada a Universidade em Portugal. Nesta altura, D. Dinis reserva a parte alta da cidade de Coimbra para os estudantes e impõe horas de estudo e de recolha, sublinhando o carácter elitista e fechado da Universidade de então, que era absolutamente controlada pelo clero. Surge, então, a Polícia Académica (P.A.), cujo objectivo era o de “manter a disciplina escolar e punir disciplinarmente os actos de insubordinação”. Criou-se, inclusivamente, uma prisão académica para encarcerar todos quantos não cumprissem as ordens do monarca. É neste ambiente e neste contexto que se explica o aparecimento das “tradições académicas”.

— D. João V proíbe as praxes, na sequência da morte de um estudante recém-chegado à Universidade, durante uma “investida”. Mas, ainda no século XVIII, passam a fazer parte das praxes o direito ao roubo e ao “sacar nevado”, ou seja, a escarrar em grupo sobre o novo aluno.

— A meio do século XIX abriram universidades no Porto e em Lisboa, o que levou à radicalização do tradicionalismo de

Coimbra. Nesta altura, aparecem também os primeiros grupos anti-praxe organizados, que protesta, pela morte de mais um aluno em 1873.

— Com a progressiva perda de força da P.A., os estudantes, que tinham lutado contra a repressão, organizam-se para lhe “tomar o lugar”. Criam, assim, as trupes, milícias estudantis que reprimem os alunos do primeiro ano (a P.A. actuava indiscriminadamente sobre toda a comunidade). As trupes eram (e ainda são!!) justificadas pelos seus defensores pela necessidade de “educar” os mais novos, obrigando-os à recolha de modo a “não se habituarem à farra logo no primeiro ano”.

— Em 1910, com a implantação da República, são extintas as praxes e as trupes, por decreto governamental. No entanto, nove anos mais tarde ambas ressurgem, no contexto de várias mudanças no país até ao Estado Novo.

— Em 1957, é editado pela primeira vez o código da praxe, que funciona como um instrumento para legitimar as praxes. No

Pouco mais tarde apareceriam outros movimentos “anti-praxe” um pouco por todo o país. Além do grupo Antípodas, no Porto – que ainda hoje têm actividade, reconhecimento e espaço próprio –, muitos outros grupos de Norte a Sul se foram formando e desfazendo, de forma mais ou menos espontânea e efémera. De muitos deles, provavelmente, nunca saberemos o nome ou até que existiram. Além disso, outros associativismos foram contribuindo para este combate, como, por exemplo, muitas das repúblicas de Coimbra, que sempre se posicionaram e mantiveram alguma actividade.

Nestes primeiros anos de actividade, pelo menos em Lisboa, as coisas foram evoluindo de forma relativamente rápida. Não só as praxes se foram generalizando como também as formas de as combater sofreram alterações importantes. No interior das faculdades, integram o calendário. Todos tinham de contar com ela, se não mesmo posicionar-se. Muitas associações de estudantes passam a organizar o circo, com a ajuda das direcções das faculdades. No entanto, outras (poucas) recusam esse papel, chegando algumas delas a declararem-se claramente anti-“tradição” e a promover formas alternativas de acolhimento ao novo aluno.

DA PROVOCAÇÃO À ALTERNATIVA

Neste contexto, o MATA evolui da frase provocatória na parede do WC para algo um pouco mais organizado. No entanto, sempre foi bastante informal, volátil até. Em especial nesta altura, já que procurava um confronto muito directo, o que podia passar por interromper praxes ou pela simples provocação. Além disso, tinha gente de variadas proveniências e com

participações relativamente irregulares e fugazes. E que na sua maioria já tinham muitas outras actividades, nunca sendo esta a sua prioridade. Entretanto começam também a surgir as primeiras reflexões mais profundas e hábitos de discussão que ultrapassam o simples sentimento de raiva perante o absurdo ou a violência. É assim que surgem não só os primeiros panfletos, mas também publicações e debates.

Já não bastava – e não basta – desmontar toda a ideologia das praxes e das outras práticas da “tradição”. Não é suficiente compreender e denunciar as arbitrariedades absurdas, as jargões sexistas e homófobas, os tiques elitistas e marialvas ou o simples facto de ser motivo de “brincadeira” e gozo tudo aquilo que não bate certo com os papéis que já nos estão atribuídos por quem tem poder. Tivemos – e temos – de compreender que a praxe é um grande mercado, de grandes oportunidades para muitas empresas que já não estão dispostas a perdê-lo, porque vendem as fatiotas, ou as festas, ou a cerveja das festas. E que por isso precisam de manter intacta a ideia do que é um “estudante universitário”. Ou que é muitas vezes nas faculdades mais recentes (em especial, nas privadas) que mais radicais e inquestionáveis são as convicções “tradicionalistas” dos seus estudantes, porque estes mesmos estudantes e, sobretudo, os dirigentes destas escolas, precisam de criar uma estranha identidade que legitime a instituição. Ou que, mesmo com a massificação do ensino, muitos estudantes (especialmente os deslocados) encontram na sua farda uma forma de promoção social. Ou que as iniciativas culturais produzidas no interior das faculdades por estudantes raramente ou dificilmente é feita fora de uma tuna ou algo do género. Ou que tudo isto representa uma

ÇÃO ACADÉMICA”

fundo, uma comunidade que se afasta do resto da sociedade precisa das suas próprias “leis”.

– Durante a crise académica de 1969 é declarado o luto académico como forma de luta contra o fascismo. Uma das consequências desta tomada de consciência dos estudantes foi a abolição não apenas das praxes, mas de todas as “tradições académicas”. Numa altura em que se pretende combater um regime que oprimia todo o país, os estudantes compreendem que devem sair da “casca” corporativa e abrir-se ao resto da sociedade, ao mesmo tempo que constatarem que não faz sentido manter as hierarquias e a repressão com base nelas, quando eram justamente esses alguns dos problemas que identificavam na sociedade portuguesa da época.

– No início da década de 80, as “tradições” voltam e espalham-se por todo o país. Numa altura em que se assiste a um novo fôlego do conservadorismo, são utilizados como argumento os valores e a “tradição”. Paradoxalmente, é com a massificação do ensino que se retoma o ritual de iniciação, a indumentária

própria e, em Coimbra e algumas universidades no interior, as trupes. Tudo isto parece mais atribuível a uma comunidade fechada e pequena, mas é precisamente este espírito de corpo e de elite que acaba por ganhar espaço.

– Na década de 90 surgem os primeiros grupos de estudantes anti-praxe organizados. É neste contexto que surge o MATA., que desde 1992 que procura reflectir e discutir não só a temática das praxes, mas de toda a “tradição académica” e suas consequências na vida das faculdades. Com o trabalho de vários militantes anti-“tradição” um pouco por todo o país, foi possível denunciar a ideologia das “tradições” e imprimir algum debate, pelo menos no início de cada ano lectivo. Analisando o passado, é fácil perceber que é justamente da autoridade e da ausência de discussão que sempre viveram estas actividades. Apesar de ainda muito estar por fazer, a prática do associativismo, os hábitos de discussão, o sentido crítico, a imaginação e a vontade de recusa de cada vez mais estudantes são argumentos para a mudança.

Importa então avaliar o posicionamento da(s) esquerda(s) relativamente a esta temática. Depois do espanto inicial, alguns terão mantido uma vaga reacção de repulsa sem, no entanto, dar muita importância à tal “coisa ridícula”. Outros, embora não gostando da coisa, vêem neste combate um entrave às “verdadeiras prioridades”,

formalização dos comportamentos e um estabelecimento de regras, o que contrasta com o aparente alheamento e recusa por parte dos jovens de hoje de determinadas instituições. E, já agora, que contrasta também com a própria imagem despreocupada e jocosa do “estudante universitário”. Ou como as acções de luta estudantil contam sempre com um grande número estudantes fardados a rigor, muitas vezes gritando o mais alto possível o nome da sua escola, e sem os quais dificilmente se fariam movimentos minimamente bem sucedidos, apesar da aparente contradição que aqui se coloca. Ou, sobretudo, como as “tradições” são das actividades que mais pessoas juntam.

Importa então avaliar o posicionamento da(s) esquerda(s) relativamente a esta temática. Depois do espanto inicial, alguns terão mantido uma vaga reacção de repulsa sem, no entanto, dar muita importância à tal “coisa ridícula”. Outros, embora não gostando da coisa, vêem neste combate um entrave às “verdadeiras prioridades”, ou seja, não se toca no assunto se isso “dividir os estudantes”. Outros ainda, percebendo a capacidade aglutinadora do fenómeno, juntam-se à festa.

“PRIORIDADES” E SILÊNCIOS

Será uma mistura destas últimas que explica, por exemplo, o comportamento do PCP nesta matéria: sempre muito certo das suas “prioridades”, aposta na “união” dos estudantes, nem que seja por esta via. No fundo, é a ilusão de que é possível aproveitar o *arrebanhanço* para poder também *arrebanhar*. Mas depois do filtro ideológico inicial será muito difícil evitar contradições futuras. Ou seja, o combate às tais “coisas menores” fica por fazer. Mas será uma coisa menor lutar contra as desigualdades no seio da comunidade estudantil, o que ultrapassa largamente a questão das propinas? Ou será menos importante o esforço por estabelecer relações colectivas longe das regras impostas? E será menor introduzir os temas que não são só da nossa escolazinha, nem das outras, mas também delas porque são da vida? E não será relevante questionar os papéis representados na faculdade e fora dela, combatendo, por exemplo, a subalternização da mulher no espaço público ou os protagonismos eternos que impedem o de todos?

Mas existe uma outra esquerda. Aquela que não acha que “isto” é o fundamental e “aquilo” o acessório. Aquela que reconhece que todas as coisas têm a sua contribuição própria para a compreensão das contradições do mundo em que vivemos e para agir nele. É essa esquerda onde nos situamos e que queremos alargar.

É por isto que me parece que o Bloco e as pessoas com quem trabalhamos nas faculdades devem incluir ainda mais nas suas preocupações e actividades no movimento estudantil esta temática. Não só por este combate ser fundamental na disputa ideológica e cultural. Não apenas porque sem ele será sempre mais difícil iniciar debates e juntar pessoas por razões interessantes. Mas também porque desta maneira conseguimos fazer algo de que tanto gostamos e que sempre achámos que sabíamos fazer: demonstrar a relação existente entre várias problemáticas, falando de vários assuntos ao mesmo tempo porque achamos que estão relacionados. Tenho para mim que esta luta é uma forma privilegiada de concretizarmos este objectivo.

Por fim, parece-me útil fazer uma análise dos últimos tempos do movimento que se opõe às “tradições” e das suas perspectivas. Os últimos anos foram contraditórios, já que as dificuldades do apelo militante contrastam claramente com a recente legitimação pública e até algum reconhecimento mais institucional. Para isso muito contribuiu a boa resposta que soubemos dar a alguns acontecimentos mais mediáticos, nomeadamente os casos de violência explícita que vieram a público.

Além disto, conseguimos finalmente encontrar plataformas mínimas de trabalho a nível nacional, iniciando um trabalho entre diferentes grupos que me parece indispensável. Até para o aparecimento de outros. Aliás, desta nova realidade resultou o “Manifesto Anti Praxe”, uma iniciativa que conseguiu juntar ao próprio movimento pessoas de fora da comunidade estudantil. Muitas delas nem sequer estão perto da realidade universitária. Com isto queríamos e, pelo menos em parte, conseguimos demonstrar que este não é um tema apenas para estudantes ou, no máximo, professores. Diz respeito a toda a gente, porque nele se encontram questões que são também do tal “resto do mundo”. Aquele que está para lá dos muros das faculdades.

Apesar de considerar que estes são passos correctos, parece-me que ainda está muito por fazer. Sem dúvida, é preciso juntar mais gente, ultrapassar a exclusividade do panfleto como forma de comunicação. É preciso ir ainda mais longe na tarefa, em parte já cumprida, de intervir em todos os domínios das faculdades e não só. É necessário aumentar a consciência, que já temos, de que esta não é a nossa “lutazinha” e partir desta para outras. Talvez sejam estes os nossos desafios, além de todos os outros.

* Membro do MATA. tiagogillot@combate.info